# Esboço Histórico sobre a Província do Ceará

P. THÉBERGE (*)

## CAPÍTULO III

### União do Ceará ao novo Estado do Maranhão — Invasão holandesa

Em 1624 foi separado do governo geral do Brasil o estado novo do Maranhão, composto do Pará, Maranhão, Piauí e Ceará, em parte. (I)

Foi nomeado logo seu primeiro governador D. Diogo de Carcamo, que o recusou, assim como D. Francisco de Moura, e em seguida nomeou-se Francisco Coelho de Carvalho, (II) que à 25 de março do mesmo ano saiu de Lisboa com 2 embarcações, bom

---

(*) O Dr. Pedro Théberge escreveu o seu ESBOÇO HISTÓRICO SOBRE A PROVINCIA DO CEARÁ, sendo publicado em 1869 o 1º volume por seu filho Henrique Théberge. O Instituto do Ceará, um século depois, incumbiu seu sócio efetivo Mozart Soriano Aderaldo de anotar a obra de Pedro Théberge, que se tornou raridade bibliográfica, para uma segunda edição comemorativa do centenário de seu aparecimento. Desse trabalho foram divulgados o 1o. e o 2o. capítulos na R.I.C. de 1969 e 1970, e vai publicado o 3º capítulo neste número. — N.R.

I — Fracassado o processo de colonização por meio das Capitanias hereditárias, adotado em 1534 por Dom João III, resolveu a Coroa portuguesa, em 1548, estabelecer um só poder central no Brasil, através da criação do Governo Geral Uno. Mas, em 1572, quebrou-se a nossa unidade administrativa, dividindo Dom Sebastião o Brasil em dois Governos — um ao Norte, sob o comando de Luís de Brito e Almeida, que até então exercera as funções de Governador Geral do Brasil; e outro ao Sul, sob a chefia de Antônio Salema. As dificuldades, porém, estavam a exigir uma unidade administrativa para a colonização brasileira, o que se deu em 1577, sendo Lourenço Veiga nomeado Governador Geral. Porém em 1608 o Brasil foi novamente dividido em dois Governos, cabendo o do Norte a Diogo de Menezes e o do Sul a Francisco de Sousa. Poucos anos depois, em 1613, foi a administração brasileira novamente reunificada, com a nomeação de Gaspar de Sousa para Governador Geral. Em1621 foi criado pela Metrópole, independente do Estado do Brasil, o do Maranhão, que depois se chamaria do Maranhão e Grão Pará, cujos limites iam do Ceará (mais precisamente, do cabo de São Roque, no Rio Grande do Norte) às margens do atual rio Oiapoque. — M.S.A.

II — Fora nomeado Governador do Estado do Maranhão o espanhol Diogo de Cárcamo, o que se explica pelo fato de Portugal se achar então sob dominação espanhola, não tendo o nomeado aceito a incumbência, sendo por isso substituído

reforço de soldados e muitas munições de guerra no rumo de Pernambuco, para dar aviso da grande expedição que se preparava nos portos da Holanda, e se supunha destinada para o Brasil, como de fato realizou-se, chegando ela na Baia de Todos os Santos à 10 de maio, 6 dias depois da chegada dele ao Recife.

Francisco Coelho foi detido nesta cidade para defesa de Pernambuco, mas partiram à 12 de julho os 16 missionários que vinham em sua companhia, os quais tocaram com feliz viagem ao Ceará no dia 17 de julho, e à instâncias do Capitão Soares Moreno, que já tinha voltado para seu estabelecimento, ficaram dois deles aí, e os demais à 30 seguiram para o Maranhão, em cujas praias aportaram à 5 de agôsto. (III)

Os Holandeses tendo sido repelidos do Pará e Maranhão, onde tentaram um desembarque, tendo ciência de que no Ceará existia apenas uma pequena guarnição, procuraram rendê-la com as guarnições de duas naus de força, que fizeram desembarcar e consecutivamente marchar contra o presídio; mas foram recebidas essas forças pelo Capitão Martim Soares Moreno com tal vigor que, depois de grande perda, retiraram-se precipitadamente para suas embarcações surtas no porto. As duas naus, logo que receberam o resto da sua gente fugitiva, levantaram as âncoras e largaram à todo o pano.

No seguinte ano de 1625, outras duas naus holandesas apresentaram-se de novo em frente do Ceará, e fizeram novos esforços para se apoderarem do presídio. Desembarcou muita gente, mas esta foi ainda mais vigorosamente rechaçada por Martim Soares Moreno, do que no ano antecedente; muitos dos invasores morreram na peleja, e o restante só teve o recurso de refugiar-se em suas naus que logo tomaram o largo. (IV)

---

pelo luso Francisco de Moura e, como este também não assumisse o cargo, por Francisco Coelho de Carvalho. — M.S.A.

III — O novo Estado só foi instalado em 1624 (José Aurélio Saraiva Câmara, nota 31 da 2a. edição da «História da Província do Ceará» de Tristão de Alencar Araripe, Tip. Minerva, Fortaleza, 1958, pag. 76) ou 1626 (Carlos Studart Filho, «O antigo Estado do Maranhão e suas capitanias feudais», Imprensa Universitária do Ceará, Fortaleza, 1960, pág. 194). Sua posterior extinção se deu em 1652, pouco antes de finda a guerra holandesa (Carlos Studart Filho «O antigo Estado do Maranhão e suas capitanias feudais», idem, pág. 229), voltando o governo brasileiro a unificar-se. Mas essa situação pouco durou, pois já em 1654 o Estado do Maranhão era recomposto (Carlos Studart Filho, «O antigo Estado do Maranhão e suas capitanias feudais», idem, pág. 230). E assim ficou até 1772, quando o Estado do Maranhão e Grão Pará foi dividido em dois. Até que a Independência reunificou o Brasil — M.S.A.

IV — Nenhum documento, a não ser a tradição, comprova essas incursões holandesas referidas pelo Dr. Pedro Theberge. E' possível e até provável que assim tenha acontecido, como ocorreu em outros pontos do território nacional — M.S.A.

O padre frei Cristóvão de Lisboa, que tinha sido eleito custódio do Estado do Maranhão, achando-se em 1626 (V) nessa parte de sua jurisdição, teve ciência de que o estado dos negócios eclesiásticos da capitania do Ceará urgia por sua presença naquela localidade; assim, tratou de dispor essa jornada com a maior brevidade, e não lhe tendo sido possível arranjar melhor embarcação, equipou com a gente de sua comitiva duas canôas e com elas se fez de vela para o Ceará à 18 de maio.

Todavia, como não fosse praticável a subida da costa em semelhantes vasos, desembarcou ao nascente da barra do Periá com intento de prosseguir a sua jornada por terra, no que encontrou ainda maiores dificuldades.

Vésperas de S. João, no dia 23 de junho, foi acometido por um corpo de 90 tapuias. Sua comitiva era composta de igual número de pessoas, mas delas só se podia contar com 25 homens de guerra; contudo foram batidos os índios, e tão maltratados ficaram, que eles mesmos pediram as pazes, que tão mal souberam observar. O prelado e os padres seus companheiros viram-se na dura necessidade de também lançar mão das armas para resistirem aos Indios, que incessantemente os atormentaram no resto da sua jornada, que entre perigos contínuos de morte, durou até 25 de junho, dia em que chegaram ao termo dela no presídio do Ceará, onde foram recebidos por Martim Soares Moreno.

O negócio que o trouxe ao Ceará foi a necessidade de se criarem Missões para a catequese dos Indios desta região, que, como o diremos adiante, foi cedida aos Jesuítas por deliberação da junta das Missões.

Francisco Coelho, depois de ter fortificado Pernambuco, e haver-se oposto ao desembarque dos Holandeses naquela capitania, meteu-se em fins de julho de 1626 em um navio, e seguiu para o Ceará acompanhado de quatro caravelões bem guarnecidos de gente e munições; e logo que aí chegou com feliz viagem, tomou sole-

---

V — Frei Cristóvão de Moura já estivera no Ceará em junho de 1624, a caminho de São Luís, em companhia de 12 ou 16 irmão de hábito e mais 2 carmelitas. Era religioso da Província de Santo Antônio de Portugal e foi nomeado Visitador e Primeiro Custódio dos Capuchos de Santo Antônio no Maranhão. Consta que, por solicitação de Martins Soares Moreno, frei Cristóvão teria deixado dois sacerdotes no fortim de São Sebastião. Ler, sobre o assunto, «Dados para a História Eclesiástica do Ceará — 1603-1750», de Carlos Studart Filho («in «A Revolução de 1817 e outros estudos», Tipografia Minerva, Fortaleza, 1961, pág. 191). O mesmo historiógrafo no mencionado estudo (pág. 193) esclarece ainda que frei Cristóvão, acompanhado de lusido séquito, esteve em desobriga no Ceará no más de junho do ano de 1626. Deve ser a essa última visita sua que o Dr. Pedro Theberge quis referir-se — M.S.A.

ne posse do seu novo governo, por ser então esta capitania da jurisdição do Maranhão. (VI) Tratou logo da reedificação do presídio de Nossa Senhora do Amparo, acrescentou-lhe mais algumas defesas em poucos dias, e, depois de visitar a grande aldeia do chefe Algodão, continuou à 15 de agôsto a sua viagem para o Maranhão, levando consigo frei Cristóvão de Lisboa.

Os holandeses que vimos em 1624 sairem, numa grande armada, em demanda agressiva da Bahia, foram dai repelidos no fim do ano, assim como também o foram por Frascisco Coelho das costas de Pernambuco, onde tentaram um desembarque na baia da Traição, perto da Paraíba.

A Côrte de Madrid, avisada dos preparativos que fazia a Holanda para uma nova expedição, destinada a tentar novamente um desembarque no Brasil, e especialmente em Pernambuco, cujas riquezas e vantajosa posição atraiam suas vistas, e despertavam a sua ambição, deliberou enviar Matias d'Albuquerque para o Recife, a fim de opor-se ao desembarque do inimigo.

Em consequência, conferiu-lhe o título pomposo de comandante em chefe de toda a capitania, constituindo-o ao mesmo tempo independente do governo geral do Estado do Brasil; mas, em quanto o enchia de atribuições tão sonoras, negava-lhe os meios de poder cumprir com sua missão: o dinheiro, as tropas, e as munições de guerra.

Albuquerque saltou em Pernambuco à 19 de outubro de 1629, e vendo a exiguidade dos recursos de que podia dispor, e sobre tudo as poucas tropas regulares com que podia contar, em vez de se preparar para repelir os Holandeses que eram esperados cada

---

**VI** — Como bem esclarece João Ribeiro («História do Brasil», 14a. edição. Livraria São José, Rio de Janeiro, 1953, pág. 264), «os governadores de Pernambuco e Maranhão disputavam a jurisdição desse território (Ceará), dessa disputa viveu largo tempo o Ceará quase autônomo»... A prevalecerem razões de ordem econômica, será lícito dizer que mais se beneficiaria o Ceará se integrante do Maranhão; mas outros motivos, especialmente a dificuldade de comunicar-se com o Maranhão e a facilidade de comunicar-se com Pernambuco, levaram Martim Soares Moreno a uma aproximação maior com Pernambuco. «Conhecedor, por ciência própria, dos quase intransponíveis obstáculos que se antepunham nas relações e comunicacões entre o seu presídio e o novo governo, Martim não tardou a reclamar contra a subordinacão decretada» — esclarece Raimundo Girão (in «Pequena História do Ceará». Editora Instituto do Ceará, Fortaleza, 2a. edição, 1962, págs. 133 e 134). A essa reclamacão, datada de 1625, seguiu-se outra do mesmo capitão-mor, em 1629, já bastante andado o tempo de sua provisão. Mas somente em 1656 viria a operar-se a passagem do Ceará à jurisdição de Pernambuco, «conquanto não haia ato oficial determinando positivamente que assim se fizesse» (Barão de Studart), como se pode colher na referida fonte» («Pequena História do Ceará», pág. 134) — M.S.A.

dia, entregou-se à festejos e regosijos pelo nascimento de um príncipe espanhol. (9)

Finalmente os Holandeses com um exército de 7.000 homens de desembarque, montando uma frota numerosa de vasos de guerra e de transporte admiravelmente equipada e aprovisionada, chegaram no dia 13 de fevereiro de 1630 à vista do Recife, que entraram logo a bombardear com vigor a fim de fazer diversão, e entreter neste ponto as forças pernambucanas, enquanto mandavam efetuar o desembarque das tropas em Pau-Amarelo.

Esta manobra foi tão hábil e felizmente executada que no dia 15 de fevereiro já todas as tropas se achavam em terra e no dia 16 já de marcha sobre Olinda, que alcançaram ocupar.

Na tarde deste mesmo dia Matias d'Albuquerque que se deixara surpreender, vendo que não podia mais salvar Olinda, foi plantar o seu arraial na margem direita do Rio-Doce, onde à ele se veio reunir Antônio Felipe Camarão com seus Indios, pelas 7 horas da manhã do mesmo dia 16.

Uma renhida suestão se agita à respeito da naturalidade deste Camarão, Indio de raça Tupi, que uns consideram como filho de Pernambuco, e outros do Ceará. (VII)

Os primeiros fundam-se numa carta em que Henrique Dias declara aos Holandeses que ele e Camarão (ambos os quais se ha-

---

(9) Segundo a opinião do Cônego Dr. J. C. Fernandes Pinheiro — Nota 2. Hist. do Braz. por Southey — Tomo 2.º pag. 194: E' sumamente injusta semelhante acusação, por quanto Matias d'Albuquerque empregou convenientemente os fracos recursos de que dispunha para a defesa da capitania. — H. Théberge.

**VII** — A Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, número de **1869, publicou trabalho de J. C. Fernandes Pinheiro**, em que o autor declara que **se crê tenha Dom Antônio Felipe Camarão** nascido «nas vertentes da serra Ibiapaba, próximo ao sítio onde hoje ergue-se Vila Viçosa». Esse artigo, depois transcrito na Revista do Instituto do Ceará, Tomo XXXVI, 1922, págs. 44 a 50), foi considerado **inatual** por José Honório Rodrigues, «em face das pesquisas feitas por **Pereira da Costa» («Indice Anotado da Revista do Instituto do Ceará»**, Imprensa **Universitária do Ceará, Fortaleza, 1959, pág. 279). Eusébio de Sousa**, no ano de **1915**, em artigo sobre Antônio Felipe Camarão, declarou incluir-se entre os que **proclamavam «ter sido o solo cearense o berço do valente guerreiro»** («A Epopéia **de Camarão»**, in Revista do Instituto do Ceará, Tomo XXXII, 1918, pág. 145). Para essa conclusão, Eusébio de Sousa se alicerçou em estudo de Luís Januário Lamartine Nogueira, que teria provado, «em face de base valiosa — documentos cuja procedência se não pode admitir qualquer suspeita — ter sido o berço de Camarão a Ibiapaba (Vicosa) como em concerto unânime asseveram os nossos avós, concerto ao qual deram seu testemunho — José de Alencar, Pompeu, e tantos outros homens ilustres» («A Epopéia de Camarão», idem, idem). E acrescentou que «cabe ao emérito historiador cearense Barão de Studart a suprema ventura de haver elucidado o ponto omisso na história pátria, na parte que alude ao nascimento de Camarão», com fundamento em manuscritos originais e cópias sobre a história do Ceará, coletados pelo eminente historiógrafo conterrâneo, em um dos quais se relacionam os índios do Ceará que, em 1661, receberam vestimentas por

viam retirado para a Bahia), não podendo mais sofrer tanta ausência de sua pátria que era de ambos, queriam voltar para ela; e outros textos idênticos nos quais se diz que Camarão desejava voltar à Pernambuco, sua pátria.

Será isto porém suficiente para estabelecer a naturalidade deste Indio da capitania de Pernambuco?

Não por certo; apenas se pode concluir que Camarão, combatendo contra os Holandeses a fim de os expulsar de Pernambuco, por este fato reputava esta praça como pátria sua adotiva.

Berredo, narrando a expedição de Jeronymo d'Albuquerque contra os Franceses estabelecidos no Maranhão, diz positivamente que o célebre Camarão (quem será este célebre Camarão senão o próprio Antônio Felipe?) se achou com seus Indios no Rio Grande, donde seguiu com eles por terra para o Ceará, onde chegou tão destroçado que obteve licença de ficar em companhia de seu irmão Jacaúna, chefe dos Indios que Martim Soares Moreno, já em 1604, achara nestas praias do Ceará, e com quem travara amizade tal que, quatro anos depois, o auxiliaram na edificação do presídio de Nossa Senhora do Amparo, que aí levantou em 1608 e Jacaúna lhe dava o título de filho.

Ora, Jacaúna era Indio Tupi da tribo ou aldeia da Parangaba e da família dos Tabajaras que ocupava o litoral, desde a serra da Ibiapaba até a serra do Apodi, que então se denominava serra do Jaguaribe. Logo, Camarão, irmão de Jacaúna, era também Indio Tabajara, e por conseguinte oriundo do Ceará, ainda mesmo que por ventura tivesse nascido em território de Pernambuco, por emigração de seus pais para ali.

Eis a cópia de um documento referido pelo erudito Comendador Antônio Joaquim de Melo, na página 196 do 2.º volume da sua Biografia de alguns poetas de Pernambuco, que prova bem claramente o mesmo.

---

ordem do Governador de Pernambuco, entre os quais se achava Antônio Felipe Camarão («A Epopéia de Camarão», idem idem). Mas o próprio Eusébio de Sousa, em nota explicativa, datada de 1918 e apensa a seu estudo, se declarou, em face do trabalho de Pereira da Costa, convencido de que Camarão nascera em Pernambuco, embora o Ceará se possa afanar «de ter sido o berço e residência de descendentes e aparentados daquele ilustre e denotado varão» («A Epopéia de Camarão», idem, pág. 151). E o Barão de Studart não incluiu Antônio Felipe Camarão em seu «Dicionário Bio-bibliográfico Cearense». A quem protege a verdade. Essa disputa se explica, pois Camarão, por Carta Régia de 14 de maio de 1633, mereceu o Hábito de Cristo e quarenta mil réis de renda, assim como a patente de Capitão-mor dos indios Potiguaras com outros quarenta mil réis de saldo. (José Aurélio Saraiva Camurça, nota 50 da 2a. edição da «História da Província do Ceará» de Tristão Alencar Araripe, Tip., Minerva, Fortaleza, 1958, pág. 111) — M.E.A.

"Por quanto o Capitão-mór dos Indios da Capitania Seará João ..... e o seu Principal Francisco Aragibá mandaram seus filhos à esta Praça com cartas em que ratificavam a amizade que prometeram ter..... quando se recuperou aquela dita Capitania, com ..... os Holandeses neste Estado; e convém ao serviço de sua Majestade fazer com eles alguma demonstração de agrado para que .... a continuar nesta correspondência: ordeno ao Provedor da fazenda de Sua Majestade faça dar trinta nove mil e duzentos e trinta reis ao ajudante Miguel Rodrigues para pagar dois vestidos, que mande feitos aos ditos Principais, e outro que se deu ao filho de Capitão-Mór que foi dos Indios desta Capitania D, Antônio Felipe Camarão, que recolhi à minha casa para o doutrinar, e ter com o tratamento que se deve ao muito que o dito seu Pai soube merecer em serviço da Corôa de Portugal; por tudo convir ao serviço de Sua Majestade. Recife, e de Abril onze de 1661. Francisco de Brito Freire".

Logo o filho de Camarão era também tido pelo Governador de Pernambuco como oriundo do Ceará, tanto que lhe dá um vestido, para assim agradar aos Indios da dita capitania do Ceará.

Como se chamava Camarão no Rio-Grande quando por lá passou Jerônimo d'Albuquerque?.....

Como se achava com seus Indios tão perto de Olinda na ocasião do desembarque dos Holandeses que no dia 16 de fevereiro, dia da tomada de Olinda, se reuniu à Matias de Albuquerque no arraial do Rio Doce?.....

São questões que os autores coevos não resolvem, mas que nada provam contra a naturalidade de Camarão ser da capitania do Ceará.

Sem dúvida do Ceará foi ele se reunir à expedição de Jerônimo d'Albuquerque ficada no Rio-Grande, à instância de Martim Soares Moreno, ou de outro; depois da expedição do Maranhão voltou com sua gente para Pernambuco, aonde se chamavam os Indios a fim de serem aldeados perto da praça e por conseguinte mais facilmente civilizados e doutrinados. (10)

Depois da tomada de Olinda, o Recife, incendiado pelos moradores à vista dos Holandeses, foi também tomado por estes, com

---

**(10)** **Para que os leitores possam devidamente apreciar as razões que induziram o autor a considerar D. Antônio Felipe Camarão oriundo da provincia do Ceará, damos como apenso no fim deste Esbôço, sob n.º 1, a resposta do mesmo à contestação do Sr. comendador Antônio Joaquim de Melo, feita no Diário de Pernambuco n.º 282 de 10 de dezembro de 1859.**

**Segundo a opinião do ilustre cônego Dr. J. C. Fernandes Pinheiro — Nota à Southey — tom. 3.º; — pág. 97: A pátria do valente Caudilho Felipe Camarão não era Pernambuco e sim Ceará. — H. Théberge.**

demora de poucos dias; e, depois de aí se fortificarem, foram dilatando pouco e pouco as suas conquistas pelo litoral, tanto ao norte como ao sul.

Diz o Padre Vieira que os Indios do Ceará se conservaram fiéis aliados dos Portugueses durante os seis primeiros anos desta guerra; e que nela praticaram gentilezas de fidelidade.

O certo é que Moreno, depois da notícia da invasão pelos Holandeses, recebeu ordem d'El-Rei para reunir as tropas que pudesse arranjar, tanto de soldados regulares como de Indios, e de ir com elas se ajuntar as que em Pernambuco combatiam em favor da independência contra os invasores.

Executou fielmente esta ordem; deixou o comando do Presídio do Ceará interinamente à Domingos da Veiga Cabral, e marchou com um fraco trôço de soldados para Pernambuco, onde fez junção com Matias d'Albuquerque no seu arraial, em princípio de junho de 1631.

Diz o Padre Antônio Vieira: "E como grande parte das injustiças do Brasil cairam desde o princípio sobre os Indios, naturais da terra, ordenou a justiça divina que dos mesmos Indios juntos com os Holandeses se formasse o açoute de tão florêscente República. Rebelaram-se muitos dos Indios cristãos e vassalos, posto que outros obraram finezas de fidelidade, e unindo suas armas com as do inimigo vencedor, não se pode crer o estrago que fizeram nos Portugueses, em suas mulheres e filhas, exercitando em todo o sexo e idades crueldades feíssimas, sendo os Indios como inimigos domésticos os guias que franqueavam a campanha aos Holandeses, e os executores das crueldades que eles política e heretica-mente lhes cometiam, desculpando com a barbaridade dos Brasileiros o que verdadeiramente não eram só consentimentos, se não mandados e resoluções suas, para assim quebrantarem a honra e constância dos Portugueses que de outra sorte nunca puderam render. Vinte anos teve Deus sobre as costas de Pernambuco este rigoroso açoute, porque nos primeiros quatro anos da guerra estiveram todos os Indios pelos Portugueses".

Em dezembro de 1633 os Holandeses apoderaram-se do Rio Grande do Norte por traição de Calabar; à 5 de fevereiro de 1634 tomaram o pontal de Nazareth, e em dezembro do mesmo ano a vila da Paraíba.

Neste tempo o Ceará, que gozava de sossego, foi aumentando de povoação pouco à pouco, sobretudo na costa do mar; porquanto os seus povoadores, não se tinham ainda atrevido a penetrar para o interior. Estes progressos da povoação, porém, foram mui vagaroso, tanto pela falta de bons portos nesta costa que é muito arenosa, e no interior seco, árido, e então pouco produtivo.

Conta o autor da Corografia brasileira, que em 1632 aportaram ao Ceará dois vasos de guerra holandeses, com intúito de conquistá-lo pelo meio mais cômodo, isto é, a negociação e a realização posterior de uma entrega feita pelos Indígenas. Para efetuar este projeto, puseram em terra quatro Indios, que, com outros muitos, tendo sido apanhados sete anos antes, na baia da Traição, haviam sido levados para Amsterdam e ai tinham aprendido a língua batava. Dois deles, porém, sendo descobertos, e apanhados pelas diligências de Domingos da Veiga, comandante do forte e presídio de Nossa Senhora do Amparo, foram logo enforcados, para exemplo dos outros; e os navios que os haviam conduzido, sendo desenganados de poder conseguir o seu desígnio, fizeram-se de vela e voltaram para Pernambuco.

A 15 de setembro de 1663 morreu em Cametá o primeiro governador do Maranhão, Francisco Coelho de Carvalho.

Os Holandeses, senhores já de Pernambuco, Paraiba e Rio Grande, ainda queriam entender-se para o norte; e o nome de Maurício de Nassau, já tão célebre em Pernambuco, em breve tornou-se também conhecido dos Indios do Interior do Ceará. Sua política franca e generosa e sua conduta pessoal contrastavam de tal modo com a tirania e inhumanidade dos primeiros conquistadores do Brasil, que não havia uma tribo indígena onde ele não fosse apreciado e não gozasse de um nome honroso.

As tribos do Ceará, pois, resolveram espontaneamente submeter-se ao seu domínio, reputando outro qualquer jugo preferível ao que suportavam, desde que não estavam mais debaixo do governo de Martim Soares Moreno, o qual, por sua prudência e tino, tinha sabido agradá-los e submetê-los ao domínio português.

Estes índios mandaram oferecer à Maurício de Nassau não só a sua aliança, como também os seus socorros, representando-lhe que seria fácil apoderar-se de uma fortaleza guarnecida por poucos soldados e diminuta artilharia, assim como vantajosa a possessão de um país que produz algodão em abundância, sal, madeiras preciosas, independentemente do ambar que se diz naquele tempo ter abundado nas praias do mar. Maurício, conscio da importância de uma tal aliança, aceitou o oferecimento e enviou para o Ceará uma esquadrilha comandada pelo general Juary Gusman, (VIII) que era casado com uma portuguesa do Rio Grande. (IX)

**VIII** — Joris Garstman era seu nome, embora grafado de diversas formas, inclusive aquela usada pelo Dr. Pedro Theberge e, ainda, Jury, usado pelo senador Thomaz Pompeu de Sousa Brasil. Seu posto era o de major. Ver, a propósito, José Aurélio Saraiva Câmara, especialmente no artigo intitulado "Aspectos do Domínio Holandês no Ceará» (in Revista do Instituto do Ceará, Tomo LXX, 1956, págs. 10 a 13). — M.S.A.

**IX** — Diz José Aurélio Saraiva Câmara que Garstman «foi um dos chefes ho-

Apenas os holandeses desembarcaram na costa, reuniu-se-lhes grande número de Indios. O forte situado numa eminência, tinha perdido a pouco tempo o seu governador Domingos da Veiga Cabral que sucedera a Moreno, por ocasião da partida deste para Pernambuco, a fim de auxiliar os portugueses contra os invasores. Privados portanto do seu chefe, e vendo a defecção quase geral dos Indios, os defensores do forte capitularam, depois de alguns dias de cerco; e os Holandeses tomando conta do presídio, foram sucessivamente se apoderando do resto do país, onde se tornaram tão tiranos ou mais ainda dos que os primeiros conquistadores destes mesmos Indios, que sem resistência e confiados em sua boa fé se haviam abandonado à eles sem reservas: mas desta ingratidão veremos mais logo que foram eles cruelmente castigados.

Barleo historiador holandês, contemporaneo e testemunha destes acontecimentos, relata-os da maneira seguinte na sua obra sobre as guerras dos Holandeses no Brasil, edição de 1660:

"Os indigenas que habitavam perto do litoral do Ceará pediram as pazes aos Holandeses, e lhes ofereceram sua cooperação contra os Portugueses, com tanto que lhes enviassem um comandante que os capitaneasse na empresa de tomar o presídio que aí existia em poder dos Portugueses, e para os subtrair ao seu domí-

---

landeses que casaram com mulher **brasileira** (o grifo é do anotador), desconhecendo-se dados exatos sobre sua descendência». («Aspectos do Domínio Holandês no Ceará» idem, pág. 12). A ligação do holandês, contrariando recomendações da Companhia das Indias Ocidentais, teria sido não com uma portuguesa, mas com uma **brasileira**, hipótese mais fácil de ser entendida, sabido que os índios mantiveram, durante anos, aliança com os flamengos. Vale recordar, a respeito, a opinião de Luís da Câmara Cascudo, em sua obra «Geografia do Brasil Holandês» (Rio, 1956, pág. 90), segundo a qual a família Gracisman, do agreste do Rio Grande do Norte, é originária de Garstman, «suposição que a própria família aceita como verdadeira». José Aurélio Saraiva Câmara, como que confirmando essa suposição, na qualidade de, provavelmente, o maior estudioso do assunto em nosso Estado, salienta que, «no Ceará dos fins do século XVIII, encontramos também elementos portadores do nome Gracisman (ou Grasisman), os quais aqui estiveram ou aqui possuiram terra». E relembra a afirmação do Barão de Studart, para quem o povoamento do vale do Jaguaribe está intimamente ligado ao nome de Theodósio de Gracisman («Aspectos do Domínio Holandês no Ceará», idem, pág. 12), concluindo assim: «a serem os Grasisman descendentes de Joris Garstman, este Theodósio de Grasisman bem poderia ter sido filho do **commandeur** holandês. Prestava assim o filho soma enorme de serviço à colonização da terra a que o pai se ligara tão intensamente na fase turbulenta da conquista batava» («Aspectos do Domínio Holandês no Ceará», idem, pág. 13). Tratando novamente do assunto, José Aurélio Saraiva Câmara (nota 20 do «Diário de Matias Beck» in «Três Documentos do Ceará Colonial», Departamento de Imprensa Oficial, Fortaleza, 1967, pág. 293) lembra ainda que «entre os documentos da Coleção Studart figura uma escritura de dote e doação, de 14 de setembro de 1739, que fez Gregório Grasisman Galvam e Matias Ferreira da Costa para casar com sua sobrinha Paula Barbosa». — **M.S.A.**

nio e aos maus tratos que deles recebiam. Asseveraram que se podia alcançar este resultado com poucas forças; que em compensação das despesas ocasionadas pela guerra ganhariam o comércio dos generos do país que consistia em ambar, algodão, cristais, gemas, madeiras preciosas, salinas e outros diversos produtos. Como refens de sua boa fé e da veracidade de tudo quanto alegavam, ofereciam seus filhos e os dos principais de sua gente. A expedição foi resolvida e em consequência prepararam-se navios, armamento, dinheiro e tropas, e foi nomeado chefe da expedição George Garstman varão ilustre já muito conhecido por seus numerosos feitos militares, e pela fecundidade dos recursos que sabia desenvolver nas ocasiões críticas. E como o dito presídio do Ceará se achasse situado ao norte de Pernambuco na distância de muitas milhas, assentou o comandante que a tropa devia ser levada para lá em hiates de guerra, a fim de poder lançar o inimigo fora da conquista e desembarcar facilmente para se reunir a gente com os Indios que ocupavam o território inimigo. Muito convinha realmente esta reunião com aquelas tribos que viviam em contínua hostilidade com os Portugueses, e se mostravam tão favoráveis aos Holandeses, porque tinham um perfeito conhecimento das localidades e dos recursos de que dispunha o inimigo ..... Garstman apenas chegado às praias do Ceará mandou dar aviso com toda a segurança ao principal denominado Algodão, chefe de uma das nações de Indios, e efetuou o desembarque de sua gente que fez desfilar pela praia, onde se encontrou com os Indios que vinham se reunir à ele, trazendo bandeiras brancas em sinal de amizade. Depois de se entender com o chefe destes Indios, ficou tão satisfeito do reforço de duzentos homens que lhe trazia, que resolveu acometer incontinente o Presídio, construído de pedras soltas, sobrepostas umas às outras sem serem ligadas com cimento de qualidade alguma. Pouco lhes custou apoderarem-se dele, pois o inimigo que o ocupava achava-se muito mal abrigado contra os efeitos da artilharia e da mosqueteria. Poucas mortes, muitos prisioneiros e entre eles seus oficiais, três peças de artilharia e algumas munições: tais foram os troféos da vitória. Esta capitania do Ceará, uma das que se acham situadas ao norte do Brasil, tinha apenas dez ou doze milhas de circuito; e seus poucos habitantes ocupavam o presídio.

Possui um porto pouco conveniente para as embarcações de forte lotação. Não há nela rio notável: no pé do montículo sobre o qual se acha edificado o presídio corre um riacho que vem do interior. (X) Junto ao forte se achava a casa ocupada pelo capitão-

---

**X — O riacho aludido é o rio Ceará. Desenho holandês da época assinala os acidentes geográficos da região. — M.S.A.**

mór, e ao redor dela algumas outras menores, edificadas pelos moradores.

Não há ali fortificação alguma capaz de resistir à um ataque de inimigos.

O terreno produzia cana de açucar, mas não havia engenho nenhum para o moer.

Os Indios da circunvizinhança viviam em porfias e guerras contínuas com os Portugueses ai estabelecidos.

Os primeiros descobridores desta região, no ano de 1609, referem que ai encontraram homens de uma grande estatura, de semblante deforme, cabelos compridos, com as orelhas furadas e caindo-lhes sobre os ombros.

Traziam o corpo todo pintado de preto, à excepção da parte do rosto compreendida entre os olhos e a boca; muitos traziam o beiço inferior furado, e alguns também o nariz para o fim de adaptar-lhes pedras ou pedaços de osso como enfeite.

Garstman na sua volta perdeu um hiate, sem que se tenha podido saber até hoje se naufragou ou se foi vítima de outro qualquer acidente.

Esta expedição cobriu de glória o seu chefe e seus companheiros.

Esta conquista do Ceará pelos holandeses teve lugar nos últimos dias do ano de 1637; (XI) e à 25 de novembro de 1641 apoderaram-se igualmente do Maranhão.

Depois da conquista do Ceará os holandeses levaram consigo os Indios da Ibiapaba e os mais que puderam arranjar para os ajudar na conquista do Maranhão, obrigando-os assim a dirigir suas armas contra seus irmãos, outros Indios das mesmas regiões, que os Portugueses tinham levado para lá, a fim de os auxiliar contra os invasores que desde muito tempo faziam repetidas tentativas para se apoderarem de todo o norte do Brasil.

---

**XI — A expedição partiu do Recife a 14 de outubro de 1637, pouco demorou no Rio Grande do Norte, de lá zarpando a 22 do mesmo mês e a 25 fundeou na enseada do Mucuripe, dominando facilmente a guarnição oo forte da barra do rio Ceará, então sob o comando do português Bartolomeu de Brito (José Aurélio Saraiva Câmara, «Aspectos do Domínio Holandês no Ceará», idem, pág. 13; «Em defesa do Holandês», in Revista do Instituto Ceará, Tomo LXXVI, 1962, pág. 286: e «Fortaleza, página da aventura holandesa nos trópicos», (in Revista do Instituto do Ceará, Tomo LXXII, 1958, pág. 288). Como bem salienta o mesmo José Aurélio Saraiva Câmara, «a Companhia das Indias Ocidentais pela primeira vez firmava o pé em terras cearenses», sendo seu objetivo principal «a exploração salineira à base do braco indígena». (Em defesa do holandês», idem, pag. 286), incentivada pelos relatórios e cartas de Gedeon Morris de Jonge, terceiro comandante batavo do reduto da barra do rio Ceará (o primeiro fora Jorge Garstman, o segundo sendo Hendrik Van Ham), comandante aquele que viria a sucumbir diante da revolta da indiada, conforme veremos. — M.S.A.**

Os Holandeses, senhores do Ceará, estenderam-se pelo litoral, onde fizeram pequenos estabelecimentos ao longo da costa, mas nunca se aventuraram a dirigir-se para o interior; (XII) deixaram os donos de fazendas de criar, tanto nas margens do Jaguaribe como dos outros rios, continuarem com seus trabalhos sem os inquietar.

Quando em quase sua totalidade achava-se o norte do Brasil subjugado pelos Holandeses, rebentou em Lisboa essa célebre revolução que subtraiu os Portugueses ao jugo ignominioso da Espanha, estabelecendo no trono português a família de Bragança, depois de 60 anos de uma opressão aviltante; e este feliz acontecimento que ocorreu em 1640, durante o mês de dezembro, só chegou ao conhecimento do governador do Maranhão em junho de 1641, alguns meses depois da ocupação desta cidade pelos Holandeses.

Esta notícia encheu de entusiasmo à todos os Portugueses do Brasil, e inspirou-lhes em geral o desejo de sacudir o jugo batavo; de modo que, depois de longos e duros esforços dos Maranhenses, socorridos pela gente do Pará e pelos reforços vindos de fora, conseguiu Antônio Teixeira de Melo, expelir completamente esses invasores e apoderar-se da cidade, que acharam no todo reduzida à cinzas pelo cego furor dos vencidos.

Enquanto o sábio Maurício de Nassau esteve à testa dos holandeses no Brasil, tudo para eles foi ai prosperando, e o seu domínio firmando-se cada vez mais; porém, depois que a gerencia suprema passou em 1643 às mãos inexperientes de um conselho de administração, que nela o substituiu, por inveja do governo da metrópole batava, tudo entrou nas conquistas feitas em seu movimento de declinação. O Maranhão, como vimos, sacudiu o seu domínio; e o Ceará logo o imitou, no ano de 1644.

Quando os Holandeses se apoderaram do Maranhão, a fim de terem sempre à mão os Indios do Ceará, compeliram-nos a deixar seus pousos, e aonde os encontravam ou podiam alcançá-los, faziam com que fossem fixar a respectiva residência perto do Camocim, na extremidade setentrional da chamada serra da Ibiapaba, onde tinham estabelecido um forte presídio para o fim de contê-los na obediência e entreter uma comunicação franca por terra entre Pernambuco e o Maranhão.

Ofendidos deste procedimento dos Holandeses, que assim correspondiam aos muitos serviços que eles haviam-lhes prestado com sacrifício do próprio sangue, assentaram de tomar uma vingança notável dessa falsa fé. Com este instinto reuniram-se os Ta-

XII — Ler, a propósito, «Geografia do Brasil Holandês» de Luís da Câmara Cascudo (Rio, 1956). — M.S.A.

puias em grande número, e em seguida surpreenderam o forte do Camocim, que tomaram, assim como o das Tartarugas na Jericoacoara que destruíram ambos, e mataram até o último dos homens que compunham as guarnições deles; e, ufanos por estes sucessos, dispuseram-se a ir tomar a fortaleza do Ceará, que se achava na distância de 70 léguas dali.

Marcharam pois com grande celeridade pelo interior do país, do qual eram mui práticos, e chegaram de noite ao presídio de Fortaleza; e, como não fossem apercebidos pela guarnição (que era numerosa), esconderam-se nas matas da vizinhança à espera do dia, visto que sabiam que ao raiar deste a maior parte dos soldados se espalhava pelos campos, a fim de tratar de seus interesses, deixando a Fortaleza desamparada.

Correspondendo a prática às suas previsões, ou surtindo seus cálculos o efeito desejado, entraram nela pela porta, que ficara aberta, e exterminaram os que tinham ficado, em número tão diminuto, que não puderam resistir ao choque inesperado de tantos bárbaros inimigos. Os que porém andavam fora, sem ordem nem ciência do que havia sucedido, não puderam resistir, e portanto se entregaram prisioneiros sucessivamente um após outro. (XIII)

Barleo, que já citei relativamente à invasão, refere assim a expulsão dos Holandeses do Ceará:

"Nassau foi avisado de se ter novamente levantado o Ceará. Os Indios reunidos apoderaram-se do acampamento ai ocupado pelos Belgas, arrasaram o presídio. e mataram seu comandante Gedeão Murritz e os soldados que o guarneciam, e também uns operários empregados nas salinas do rio Upanema (Apodi). A mesma sorte experimentou um comissário Maranhense que ignorando o que havia ocorrido veio desembarcar no Ceará para inspecionar as tropas: caiu nas mãos dos Indios que o mataram com as pessoas que os acompanhavam.

Um dos nossos hiates de guerra achando-se fundeado no porto para se refazer de víveres, o comandante desembarcou com seu tenente e alguns soldados num escaler para ir à terra cuja revolta ignoravam. Enganados pelas carícias dos Indígenas, que debaixo

---

**XIII — A falta de pagamento aos índios das salinas e os maus tratos que lhes infligiram os invasores (José Aurélio Saraiva Câmara, «Fortaleza, página da aventura holandesa nos trópicos», idem, pág. 288), o tratamento desumano imposto aos índios, as perseguições, a exploração excessiva do trabalho, a falta de pagamento, tudo isto determinou que os brasileiros assaltassem a guarnição, então, sob o domínio flamengo, e a massacrassem, pelo saque e pelo incêndio, matando todos, inclusive o comandante Gedeon Morris de Jonge (José Aurélio Saraiva Câmara, «Aspectos do domínio Holandês no Ceará», idem, pág. 18). — M.S.A.**

destas falsas aparências encobriam seus funestos intentos, foram todos presos e massacrados.

Três marinheiros puderam ganhar as matas onde se esconderam, e conseguiram escapar à morte; eles viram a Fortaleza arrasada, e dispersas as pedras com que fôra edificada.

A culpa desta sedição não foi atribuída aos Maranhenses, posto que vizinhos do Ceará, mas sim à ferocidade e dura opressão com que nossa gente tratava estas tribos nossas sujeitas."

Os vencedores avisaram logo de todas estas ocorrências à Antônio Teixeira de Melo, governador (11) do Maranhão, que cuidadosamente mandou tomar conta de todos os presídios em nome da coroa portuguesa, e guarneceu-se com suficientes tropas em fins do ano de 1644, nomeado então para governador do Ceará Estevão de Campos Moreno, sargento-mor da companhia do Maranhão e parente de Martim Soares Moreno. (XIV)

Não obstante a sua expulsão, os Holandeses continuaram a exercer uma grande influência no Ceará, assim como se colige da seguinte citação do Padre Vieira, dos artigos 19.º e 29.º da convenção passada entre os membros do Conselho-Supremo, residente no Recife, por parte da Holanda, e o General Francisco Barreto,

---

(11) — Diz Pompeu em seu Ens. estat; tom 2.º; pág. 262; que Antônio Teixeira de Melo substituiu à Veiga Cabral no governo da capitania em 1644, e foi o 5.º que exerceu o lugar de capitão-mór; entretanto de Berredo se desprende, pág. 391, que só em 1645, com a restauração da capitania do Maranhão, ficou Antônio Teixeira continuando no governo dela, e por conseguinte também da capitania do Ceará.

Antônio Teixeira de Melo era neste tempo (1644) sargento-mór do mesmo estado, imediato à Antônio Moniz Barreiros no comando dos patriotas, e, por ocasião da morte deste, sucedeu-lhe no mesmo comando, em 1643 — Berredo — pág. 359.

E, com efeito, não podemos encontrar em autor algum que fosse Antônio Teixeira nomeado governador do estado do Maranhão em data anterior à 1645, pois que:

Ao primeiro governador do estado do Maranhão, Francisco Coelho de Carvalho sucedeu interinamente Antônio Cavalcante de Albuquerque, no ano de 1636 — Southey — Hist. do Brasil, tom. 2.º, — pág. 421 — Berredo — pág. 272.

Em 1638 Bento Maciel Parente tomou posse do governo do mesmo estado.

Em 1643 vem Pedro d'Albuquerque para o governo do Maranhão — Berredo — pág. 381.

Por morte deste, em 1644, sucedeu-lhe Feliciano Correia, tendo por adjunto o sargento-mór do estado Francisco Coêlho de Carvalho.

Assim, só em 1645 foi que Antônio Teixeira tomou conta do governo da capitania do Maranhão, e por consequência da do Ceará. — H. Théberge.

XIV — Embora possa ter sido nomeado, é certo que Estevão de Campos Moreno não exerceu o cargo. Como o salienta José Aurélio Saraiva Câmara, o Ceará, após o massacre de 1644, ficou abandonado e vasio, de europeus por cinco anos. («Em defesa do holandês», idem, pág. 286). — M.S.A.

governador de Pernambuco, na ocasião da rendição desta praça pelas forças dos Independentes, em 1654. (XV)

Diz o art. 19.º: "Convencionaram que os oficiais de guerra, soldados desta praça do Arrecife e mais portos juntos à ele se embarcarão todos juntos em companhia do Sr. General Sigismundo Van Scop, com condição que se entregarão primeiramente ao Sr. Mestre-de-campo General as praças e forças do Rio-Grande, Paraíba, Itamaracá, ilha de Fernando de Noronha e Ceará para cumprimento de todo o referido neste capítulo, deixando as pessoas que se pedem em refens."

O artigo 29.º: ,Se obrigam os senhores do Supremo-Conselho a entregar logo as praças da Ilha de Fernando, Rio-Grande, Ceará, Paraíba, Itamaracá com todas as suas forças e artilharia que tem e tinham até a chegada da armada Portuguesa que de presente está sobre o Arrecife e Cidade Mauricéia; mas que o Mestre-de-campo General será obrigado a mandar ao Ceará uma nau suficiente para se embarcar nela a gente, assim moradores como soldados vassalos dos ditos Estados gerais com seus referidos bens; a qual não levará mantimento para sustento da viagem das ditas pessoas que se embarcaram do Ceará."

Se os Holandeses se comprometem a entregar a praça do Ceará, é porque ainda estavam de posse dela; e se se compromete o Brasil a mandar uma nau buscar os moradores e soldados holandeses do Ceará, é porque ainda lá se conservavam.

O Padre Vieira exprime-se nos termos seguintes sobre o mesmo assunto:

"Pode com tudo tanto a indústria e manha dos holandeses que, com a dissimulação e liberalidade, tornaram depois a reconciliar os ânimos desta gente, e não só a fizeram amiga, mas a renderam e sujeitaram de maneira que quase se deixaram presidiar deles suas aldeias, não havendo nenhuma em que não estivessem como de sentinela alguns Holandeses."

Prosseque narrando a seguinte e curiosa anedota:

"É toda essa costa do Ceará cheia de muitos baixos, que com o vento e corrente das águas se mudam frequentemente; e foram muitos os navios de diferentes nações que aqui fizeram naufrágio; os quais eram despojos da cobiça, da crueldade, e da gula dos Tabajaras; porque tudo o que escapava do mar vinha cair em suas mãos, roubando aos miseráveis naufragantes as fazendas, tirando-lhes a vida, e comendo-lhes os corpos.

---

**XV — Equívoco do Dr. Pedro Theberge. Os holandeses que se renderam integravam uma segunda expedição batava ao Ceará, comandada por Mathias Beck, tentativa que perdurou de 1649 àquele ano de 1654. — M.S.A.**

E depois que a experiência ensinou aos mareantes a se livrarem dos perigos da costa, inventou nela a voracidade e cobiça desta gente outros generos de baixos, e mais cegos, em que muitos faziam o mesmo naufrágio.

Iam os mais ladinos deles aos navios que passavam de largo, prometiam grandes tesouros de ambar pelo resgate das mercadorias que levavam, e quando saiam com elas em terra os compradores, sucedia-lhes o que nestes últimos anos aconteceu à uma nau da Companhia da Bolsa, de que era capitão Francisco da Cunha, o qual debaixo destas promessas de ambar mandou à terra trinta soldados; e saindo da praia ao rolo do mar outros trinta Indios forçosos, para os tirarem às costas, assim atados consigo, os meteram pelo mato dentro, e os mataram e cosinharam com grande festa, e os comeram à todos, não vendo os que ficaram na nau mais que o fumo dos companheiros, que não cheiravam ao âmbar."

As sublevações das Capitanias do Norte, e seus excessos contra o inimigo comum excitaram o entusiasmo dos Pernambucanos que redobraram em tais conjecturas de esforços para também expelir seus opressores.

Neste mesmo ano de 1644 João Fernandes Vieira que se viera estabelecer no Recife e vivia entre os inimigos, de combinação com André Vidal de Negreiros e Martim Soares Moreno sublevou-se contra os Holandeses, e ateou por tal modo a insurreição que ele mesmo intitulou da Divina Liberdade, tornando-se suspeito aos inimigos, viu-se obrigado a fugir do Recife em junho de 1654, e pôs-se à testa dos independentes que de toda a parte correram às armas, e à 3 de agosto derrotou os invasores na batalha do monte das Tabocas.

Poucos dias depois, tendo-se reunido às tropas de André Vidal e de Martim Soares Moreno, de Camarão e de Henrique Dias, atacou-os outra vez no Engenho da Casa-Forte, onde os derrotou completamente; rendeu as fortalezas de Nazareth, Porto-Calvo, e do Rio São Francisco.

Em 1646 Camarão dirigiu-se sobre o Rio-Grande, onde talou os campos e causou grandes perdas ao inimigo.

Neste mesmo ano Martim Soares Moreno, chamado à Portugal, deixou o Brasil, onde não se viu mais figurar daí por diante.

Em 1647 sentindo-se no arraial dos independentes grande falta de víveres, saiu André Vidal de Negreiros para o Ceará em Agosto: entrou e conservou-se na capitania do Rio-Grande, devastando e destruindo tudo, enquanto voltava do Ceará o capitão João Barbosa Pinto, que por seu mandado fôra conduzir os gados.

Chegando este finalmente com mais de 700 reses, voltou Negreiros ao arraial, para onde trouxe a abundância e novo ânimo. (XVI).

Em janeiro de 1648 Henrique Dias foi para o Rio-Grande, onde venceu em Cunhaú e Guairas, donde voltou coberto de ricos despojos.

Em abril do mesmo ano deu-se a primeira batalha de Guararapes tão fatal aos Holandeses, depois da qual morreu o grande Camarão.

Já neste tempo os independentes iam apertando cada vez mais a praça do Recife.

Em fevereiro de 1649 os inimigos, cansados do longo e cada vez mais apertado cerco que sofriam na praça, resolveram tentar outra vez a sorte das armas em batalha campal.

Sairam da praça com o melhor das forças que possuiam, e foram acampar nos montes Guararapes, onde sofreram nova derrota muito mais fatal e decisiva do que a do ano anterior, tanto que, recolhendo-se os destroços do seu exército ao Recife, nada mais tentaram que faça vulto durante o resto do decurso do cerco, a não ser algumas sortidas sempre repelidas com vigor pelos sitiantes e perda dos inimigos.

Finalmente atacado o Recife por mar e por terra no princípio do ano de 1654, e reduzido ao recinto da cidade, o inimigo desanimado e sem esperanças de socorro no dia 23 de janeiro pediu uma suspensão de armas para o fim de se tratar logo de regular as condições da capitulação e rendição da praça e mais fortalezas, e da evacuação total do Brasil.

No dia seguinte foi assinada a capitulação da qual citei dois artigos que dizem respeito ao Ceará; e com poucos dias saiu do Recife uma embarcação em direitura para o Ceará; à bordo levava um destacamento comandado pelo copitão Álvaro de Azevedo Barroto, encarregado de tomar posse de todos os presídios desta capitania, e de lhes por guarnição.

Em sua companhia iam o tenente Manuel da Costa e o alferes Antônio Martins Palha que, depois de tomarem posse da capitania,

---

XVI — Essa inverdade foi igualmente sustentada por Tristão de Alencar Araripe e João Brígido. Mas Antônio Bezerra («Algumas Orígens do Ceará», Tipografia Minerva, Fortaleza, 1918) pulverizou-a documentadamente. Como bem relembra José Aurélio Saraiva Câmara (nota 9 da 2a. edição da «História da Província do Ceará» de Tristão de Alencar Araripe, Tipografia Minerva, Fortaleza, 1959), em 1647 «não havia gado no vale do Jaguaribe, cuja primeira sesmaria foi requerida a 23 de janeiro de 1688. — M.S.A.

ficaram de presídio durante seis meses, e depois se retiraram por terra para o Recife, percorrendo mais de 200 léguas por países despovoados: passando muitos rios em jangadas, e suportando como bons soldados, todos os trabalhos, fome e misérias que se sofreram nesta jornada, como o declaram as patentes destes oficiais em que vem especificados estes serviços.

Foi sem dúvida êste Alvaro de Azevedo Barreto o primeiro capitão-mór do Ceará nomeado pelo capitão e governador geral de Pernambuco, embora não venha seu nome no rol dos capitães mores; nota-se porém nele uma tão grande lacuna de 1654 a 1680 que é de supor que nos falte a notícia de uns poucos deles que governaram neste decurso de 26 anos. (XVII).

Na época da expulsão dos Holandeses foi a capitania do Ceará desligada do Estado do Maranhão, e anexada como capitania secundária à de Pernambuco, da qual ficou dependente de 1799 (XVIII).

Neste mesmo ano de 1654 foi o Estado do Maranhão dividido em capitanias dependentes do governador geral do Brasil; mas no ano seguinte foi restabelecido este Estado Independente, e para êle foi enviado como governador geral André Vidal de Negreiros.

Nesta grande luta contra os Holandeses distinguiu-se o fundador do Ceará o seu 1.º capitão-mór, Martim Soares Moreno, até a data de sua revocação a Portugal por ordem expressa de D. João IV, em 1646.

Muitos Indios do Ceará adquiriram grande nomeada nesta guerra.

D. Antônio Felipe Camarão, irmão de Jacaúna e como êle oriundo do Ceará, figurou com seus Indios, e tanto se celebrizou que em recompensa de seu grande valor, e dos relevantes e incessantes serviços que prestou à causa da independência, desde o dia do desembarque do inimigo, até a época de sua morte em 1648, assistindo à quase todos os encontros notáveis desta longa e renida guerra, mereceu o título de dom, o posto de governador e capitão general de todos os Indios, e o hábito da ordem de Cristo, o qual naquele tempo só se concedia à quem merecia por grandes ações; granjeou finalmente um lugar distinto nas páginas da história desta memorável época.

---

**XVII** — Já Cruz Filho, em sua «História do Ceará (Companhia Melhoramentos. São Paulo 1931, pág. 221), inclui Alvaro de Azevedo Barreto como 11.º Capitão-mor do Ceará. — M.S.A.

**XVIII** — Tenha-se sempre em conta o que a respeito do Ceará, com relação ao Estado do Maranhão e à capitania de Pernambuco, ficou dito em nota anterior. A verdade é que, pelas razões ali expostas, «viveu largo tempo o Ceará quase autônomo» (João Ribeiro, «História do Brasil», idem, pág. 264). — M.S.A.

Este inclyto heroi nunca desmentiu o elevado conceito que dele fizeram os chefes daquela expedição.

Não obstante a sua bravura (à toda prova) nunca saiu ferido, e veio a sucumbir em consequência de uma grave enfermidade que se supõe ter sido uma febre maligna.

Deixou um filho cujo nome se ignora, e que foi recolhido à casa do governador de Pernambuco, Francisco de Brito Freire, para ser doutrinado e tratado como mereciam os eminentes serviços de seu pai.

Como não tinha descendência direta em que pudessem recair as honras e dignidades pertencentes à sua pessoa e a seu nome, honraram a sua memória dando-lhe por substituto D. Diogo Pinheiro Camarão, seu primo (segundo outros seu sobrinho), natural de Pernambuco, mas filho de um Indio da família dos Tubajaras por nome Francisco Pinheiro Camarão.

D. Diogo, depois de comandar o terço de seu primo D. Antônio Felipe, continuando a se distinguir na guerra da independência e na que se fez contra os negros dos Palmares, foi nomeado capitão-mor e governador geral de todos os Indios e suas aldeias da capitania de Pernambuco e de suas anexas, em 1672; posto êste em que serviu até sua morte que teve lugar em 1677.

Substituiu-o no mesmo posto um tal Antônio João Camarão que não se sabe o que era destes.

O certo é que servindo mal este emprego, por matar e maltratar os Indios, estes com os Missionários representaram contra ele, em consequência do que foi-lhe intimada ordem de prisão da parte do governador de Pernambuco, D. João de Sousa; mas evitou-a pela fugida, sendo nomeado em seu lugar um Indio Tabajara, oriundo por conseguinte do Ceará, por nome Antonio Pessoa Arco Verde, filho de Antônio Gonçalves Panasco que desde 1636 prestara relevantes serviços na guerra da independência e na dos Palmares; tomou posse em 1682. e serviu até sua morte em 1692.

Teve um filho do mesmo nome que também se distinguiu na guerra contra os Holandeses e contra os Palmares.

D. Diogo Pinheiro Camarão teve um filho de nome D. Sebastião Pinheiro Camarão, que também celebrizou o seu nome nas mesmas guerras contra os Holandeses e Palmares, e em 1693 era capitão mór e governador do terço de Infantaria e de todas as aldeias da capitania de Pernambuco e suas anexas, desde o rio Sant'Francisco até o Ceará.

Vi um documento dele rubricado na fronteira de Sant'Miguel do Araripe.

A história trata ainda de um tio de D. Antônio Filipe Ca-

marão, de nome Jaguarí, mas que batizaram por Simão Soares.

Tendo sido presos pelos Holandeses sua mulher e filhos, passou-se para eles afim de recuperar sua família.

Quando voltou com ela para os Portugueses, consideraram-no como renegado, e por mais que se justificasse, lançaram-no em uma prisão onde padeceu por espaço de 8 anos.

Achava-se preso na fortaleza do Rio-Grande, quando ela foi entregue por traição de Calabar.

Os Holandeses o soltaram; mas êle em vez de se unir à seus libertadores, correu para sua aldeia, onde excitou o entusiasmo de seus compatriotas, e com eles apareceu no campo dos portugueses para participar das glórias de seu já mui célebre sobrinho.

Esta ação valeu à Jaguary uma honrosa menção nas páginas da história daquele memorável tempo.

Nos livros da provedoria do Ceará achava-se uma ordem do Vice-Rei do Brasil, com data de 1726, ao presidente da dita provedoria, mandando abonar à três Indios da Ibiapaba suas terças respectivas de 20$000 reis anuais, que dantes eram pagas pela provedoria do Rio-Grande.

Eram êstes Indios D. José de Vasconcelos, D. Felipe de Sousa Castro, e D. Sebastião Saraiva Coutinho, todos três do hábito de Sant'lago.

Supõe-se serem eles descendentes ou parentes de Camarão, ou de alguns Indios célebres do seu terço.

"Entraram, diz o Padre Vieira, os Indios rebeldes nas capitulações da entrega, com perdão geral de todas as culpas passadas, mas eles como ignorantes de quam sagrada é a fé pública, temeram que os Portugueses, como tão escandalizados, aplicariam as armas vitoriosas à vingança que tão merecido tinham; e obrigados de certo rumor falso de que os brancos iam levando tudo à espada, lançaram-se cega e arrebatadamente aos bosques, com suas mulheres e filhos, onde muitos pereceram às mãos dos Tapuias, e os demais se encaminharam às serras da Ibiapaba, como refúgio conhecido e seguro dos malfeitores."

"Acrescenta o mesmo autor que êstes Indios durante a sua estada entre os holandeses tomaram os vícios e os maus costumes dos seus mestres, e aceitaram as suas opiniões heréticas.

Aprenderam a ler e escrever, e trouxeram consigo livros, papel, penas, tinta, e mesmo lacre de Veneza.

Estas artes desconhecidas dos Tabajaras foram causa de serem tidos os récem-chegados por grandes sábios por seus hóspedes, à quem ensinaram a lingua holandesa, a leitura, a escrita, e também heresias que aprenderam nos livros deles, que traziam".

Já vimos que Antônio Teixeira de Melo mandou em 1644, depois da expulsão dos holandeses do Ceará, tomar conta dos seus

presidios por Estevão de Campos Moreno, à quem nomeara capitão-mór e governador dele e dos demais estabelecimentos que ali existiam; o qual parece que continuou neste govêrno até a total evacuação do Brasil pelos holandeses, se todavia não se viu ele obrigado a ceder novamente o terreno aos invasores assim como o dam a entender os documentos, como já o demonstrei. (XIX).

---

**XIX** — Já vimos em nota anterior que o Dr. Pedro Theberge, à falta dos principais documentos sobre o Ceará holandês, somente depois conhecidos, ignorou a segunda tentativa de colonização do Ceará pelos holandeses, comandada por Mathias Beck, que perdurou de 1649 a 1654. O próprio Dr. Pedro Theberge lamentaria esse desconhecimento, visto como muitas repercussões haveria de ter essa outra investida batava ao Ceará, cujo objetivo principal, dessa feita, não era mais o sal, porém a exploracão de uma mina de prata que se supunha existir no serrote Itarema, contraforte da serra de Maranguape. De fato, ao Ceará se dirigiu uma flotilha composta de três iates, um barco, uma chalupa, com a tripulação de 62 homens, os quais, somados aos 236 elementos de tropa embarcados, entre os quais 41 índios do Ceará, totalizavam 298 homens (José Aurélio Saraiva Câmara, «Aspectos do Domínio Holandês no Ceará», idem, pág. 19). Essa flotilha partira do Recife a 2 de março de 1649 e ao meio dia de 3 de abril seguinte fundeara na enseada do Mucuripe. As primeiras providências, que constaram de contactos com os indígenas da terra, seguiram-se os desembarques, realizados a 5 e 6, tendo sido neste último dia encontrado o local que pareceu mais conveniente para a instalação do quartel, que foi o «outeiro chamado Marajaitiba, ao sopé do qual corre um belo rio de água doce». Examinados ainda o local do antigo forte de Soares Moreno, depois ocupado pelo holandeses na primeira tentativa de colonização, tão tragicamente terminada, os técnicos da segunda expedição confirmaram a nova escolha, levada em conta a grande distância de água doce e ainda a circunstância de ser muito perigosa a entrada e saída de navios na barra do rio Ceará. Saliente-se que os ocupantes do antigo forte, situado a direita da foz do rio Ceará, não podiam utilizar esse rio, sujeito que foi sempre à influência das marés, tornando-se portanto salobras e imprestáveis suas águas. Já o Marajaig, hoje Pajeú, não apresentava essa desvantagem, assim como o que hoje se denomina Poco da Draga servia de ancoradouro para embarcações menores, independentemente da variacão das marés. Iniciada a construção do novo estabelecimento, utilizando-se aliás material da antiga fortificação de Soares Moreno, deu-se-lhe o nome de Forte Schoonenborch, em homenagem ao então presidente da Companhia das Indias Ocidentais, em Pernambuco. Seu traçado se deveu ao engenheiro Ricardo Caer, e foi esse reduto que os holandeses entregaram a Álvaro de Azevedo Barreto, na rendicão de 20 de maio de 1654. Porisso é que alguns historiadores atribuem a Mathias Beck a fundação da capital cearense. Esse título é disputável pelo menos por cinco colonizadores — Pero Coelho de Sousa, que no início do século XVII fundou a povoação de Nova Lisboa na foz do rio Ceará, em torno do fortim de São Tiago; o Pe. Luís Figueira, que em 1608 fundou a aldeia de São Lourenço, cerca de légua e meia a leste do antigo fortim de Pero Coelho, sendo lícito suspeitar que sua localização corresponde às imediações em que Mathias Beck levantaria o Forte Schoonenborch; Martim Soares Moreno, que levantou em 1612 o forte de São Sebastião e a ermida de N. S. do Amparo, que dele pouco distava, no mesmo local antes escolhido por Pero Coelho; Mathias Beck, que construiu no morro Marajaitiba o forte holandês, distante légua e meia do antigo reduto português; e Álvaro de Azevedo Barreto, que recebeu o forte holandês na rendição de 1654 e tratou de restaurar a tradição

portuguesa erigindo em sua proximidade a Igreja de N. S. da Assunção e promovendo em consequência o aldeamento em tôrno do forte, que aliás restaurou e crismou com o nome de padroeira da ermida. A favor do holandês alega-se que a cidade se desenvolveu tendo como núcleo o local escolhido por Mathias Beck. A favor dos portugueses se diz que o local do forte Schoonenborch se enquadrava na capitania de Soares Moreno, à menor distância do reduto por este fundado do que o morro Cara de Cão dista do morro do Castelo, no Rio de Janeiro, sendo hoje subúrbio da capital cearense a barra do Ceará, onde Soares Moreno e Pero Coelho levantaram seus fortins; argumenta-se, por outro lado, que o local da aldeia do Pe. Figueira, possivelmente, fôra o mesmo lugar depois escolhido por Mathias Beck; e enfatiza-se que o núcleo populacional somente se desenvolveu após o forte passar às mãos de Alvaro de Azevedo Barreto, que Joaquim Catunda («Estudos de Histórias do Ceará», 2a. edição, Lito-tipografia Gadelha, Fortaleza, 1919, pág. 67) chama de Alvaro de Azevedo Brito e diz ter sucedido a Garstman. Como bem salienta José Aurélio Saraiva Câmara (um dos historiadores que atribuem a Mathias Beck as honras de fundador da capital cearense), esse no Ceará nada deixou de substancial, sendo nula a sua contribuição («Em defesa do holandês», idem pág. 288). Efetivamente, os batavos, na segunda tentativa de colonização do Ceará, passaram aqui «cinco anos, um mês e vinte oito dias de agruras, preocupações e dificuldades que superaram de muito os escassos momentos de tranquilidade» (José Aurélio Saraiva Câmara, «Introdução» ao Diário de Mathias Beck, in «Três documentos do Ceará Colonial», Publicação do Departamento de Imprensa Oficial do Ceará, Fortaleza, 1967, pág. 213). Os portugueses como que vieram libertá-los daquele cêrco, pois que os batavos já devoraravam, à falta de outros alimentos, até cavalos que possuiam e trouxeram para lugar seguro, isto é, bem perto da fortaleza e sob a proteção de seus canhões, como o refere o próprio chefe holandês em carta que, de Barbados, endereçou a seus Senhores da Companhia das Indias Ocidentais (José Aurélio Saraiva Câmara, «Aspectos do Domínio Holandês no Ceará», idem, pág. 26). Entregue o forte aos portugueses em 20 de maio de 1654, os holandeses daqui se retiraram de vez a 1º de junho seguinte. Ver, ainda, a propósito desse controvertido assunto o livro de Raimundo Girão intitulado «Mathias Beck — Fundador de Fortaleza» (Imprensa Oficial do Ceará, Fortaleza, 1961); a carta que a respeito enviou a Aires de Montalbo o historiador Pe. Serafim Leite, S.J., (Revista do Instituto do Ceará, Tomo LXXVI, 1962, págs. 281 e 282); a nota sobre a fundação de Fortaleza publicada na revista Brotéria de Lisboa (transcrita no referido Tomo LXXVI, 1962, da Revista do Instituto Ceará, págs. 282 a 284) e o artigo de Raimundo Girão sob o título «Pe. Serafim Leite e a fundação de Fortaleza, publicado em «Itaytera» (n.º 8, Crato, 1962, págs. 70 a 76), para não falar nas inúmeras comunicações que sobre o tema fez Ismael de Andrade Pordeus ao Instituto Ceará, algumas delas constantes das atas das sessões do mencionado sodalício cultural, depois transcritos em sua «Revista» — M.S.A.